

VIII - CONCLUSÃO

O desenvolvimento de um pólo portuário e naval no município do Rio de Janeiro é a diretriz que orienta a maioria das intervenções públicas e privadas no bairro do Caju e seu entorno. Devido à sua posição estratégica, a região na qual está inserido o Cajú tem sido utilizada como base de apoio para muitos dos empreendimentos offshore que se desenvolvem principalmente nas Bacias de Campos e Santos.

Com o crescimento da produção de petróleo e gás nacional, impulsionada pela recente descoberta de campos de exploração em águas profundas abaixo da camada de sal (pré-sal), existem diversas estimativas do potencial de produção, e de uma maneira geral espera-se um grande salto na produção. A infraestrutura existente para apoio à indústria de produção de petróleo offshore não é suficiente para atender à demanda atual e investimentos são necessários para acompanhar o ritmo de crescimento.

Neste contexto inserem-se as obras de regularização de cais, aterro e dragagem a serem realizadas pela Briclog, que desenvolve desde 2004 no local as atividades de apoio portuário, movimentação de cargas para plataformas de petróleo e sondas de perfuração, em suporte às unidades marítimas de exploração de petróleo e gás.

O estudo dos impactos ambientais decorrentes deste empreendimento evidencia os consideráveis benefícios socioeconômicos advindos do mesmo, que mostram-se ainda mais relevantes dentro do cenário de desenvolvimento proposto atualmente para a região portuária do Rio de Janeiro. Por estar inserido na Zona Portuária do município, o empreendimento proposto é coerente com as atividades realizadas na área. Comparada aos benefícios do incremento na arrecadação tributária do município e à melhoria da qualidade de vida prevista para a área de influência direta, a interferência no ambiente natural é considerada de baixa significância.

Considerando ainda o programa em desenvolvimento para a recuperação ambiental do Canal do Fundão e seu entorno, as obras de dragagem e regularização e contenção do cais da Briclog irão promover a estabilização de

processos erosivo-deposicionais em curso no local. Esta intervenção irá promover melhores condições de circulação no Canal do Fundão, contribuindo com a proposta de recuperação da área, e pode ser considerada como promotora de um impacto positivo.

Os impactos negativos mais significativos que foram identificados referem-se à interferência no tráfego marítimo, exposição da biota aquática à contaminantes do sedimento dragado e interferência sobre áreas e ambientes protegidos por legislação.

A dragagem do Canal do Fundão, dos berços de atracação e bacia de evolução consiste em atividade classificada como dragagem de manutenção, entendida como a restauração de cotas já atingidas anteriormente, sendo necessária a retirada de material depositado por assoreamento. Sendo assim, é considerada como uma medida necessária, cujos impactos associados são inevitáveis, mas que podem ser minimizados.

Com o objetivo de reduzir o impacto sobre o tráfego marítimo, durante as obras deverá ser comunicado à Capitania dos Portos e demais autoridades portuárias sobre a necessidade e restrição temporária à navegação. Durante a operação, o incremento no tráfego marítimo será mais duradouro e espera-se que as embarcações atendam às normas de navegação e operações portuárias impostas pela Marinha do Brasil.

Associado à dragagem, a ressuspensão de sedimentos pode eventualmente liberar contaminantes, causando alterações na estrutura das comunidades bióticas. A remobilização destes elementos contaminantes na área de entorno do Canal do Fundão terá impacto limitado sobre uma região já severamente alterada. No entanto a disposição desse material na área de bota-fora poderá expor a biota ao risco de bioacumulação de contaminantes e só poderá ocorrer após a realização de estudos ecotoxicológicos que atestem a ausência de efeitos adversos à biota, seguidos do monitoramento ambiental.

A regularização do cais, incluindo o aterro, causará a redução do espelho d'água da Baía de Guanabara, com impactos irreversíveis em área considerada como de relevante interesse ecológico e protegida pela legislação municipal. No entanto, este impacto tem sua significância amenizada devido principalmente à

restrita abrangência do aterro e às condições ambientais atuais da área diretamente afetada. Contudo, com o intuito de mitigar este impacto são propostas medidas que fazem parte do Programa Ambiental da Construção e do Programa de Comunicação Social.

O enfoque durante o período de obras será dado ao treinamento e à saúde e segurança da mão de obra. Deverá ser promovida a conscientização dos operários e da comunidade sobre questões socioambientais relacionadas ao empreendimento, além de divulgar as ações e medidas que a Briclog adotará na execução das obras. É recomendada ainda a execução de diretrizes preconizadas no Programa de Controle da Poluição (Efluentes e Resíduos) da Briclog, referente ao controle rígido de resíduos orgânicos, especialmente os oriundos da alimentação do pessoal nas embarcações e canteiro de obras.

Com o objetivo de orientar a adoção das medidas mitigadoras propostas para estes e os demais impactos identificados para a expansão da Briclog, é proposto o Programa de Gestão Ambiental, ao qual são subordinados o Programa de Comunicação Social, o Programa de Educação Ambiental, o Programa Ambiental da Construção, os Programas de Gerenciamento de Riscos e de Ação de Emergências e o Programa de Monitoramento Ambiental.

Cabe destacar os impactos avaliados como positivos, que deverão ser direcionados afim de retornar estes benefícios para a população residente no bairro do Cajú. Dentre estes, destaca-se a melhoria da capacidade operacional instalada do terminal, a geração de empregos, a geração de demanda adicional de bens e serviços e o incremento das receitas públicas e geração de tributos. A potencialização destes deverá ser viabilizada através de medidas propostas pelos Programas Ambientais supracitados.

Desta forma, considera-se que as obras de regularização de cais, aterro e dragagem, localizadas no Caju são viáveis do ponto de vista ambiental, desde que sejam adotadas as medidas mitigadoras propostas e assumidos os compromissos expressos nos Programas Ambientais, que deverão ser objeto de detalhamento em etapa futura do licenciamento do empreendimento.

